



ETP - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 86 / 2024

1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

O TRE/MS possui 66 inversores, sendo 41 já instalados em 9 usinas fotovoltaicas que estão em operação desde o ano de 2017 e 25 inversores que serão instalados em novas usinas até o final deste primeiro semestre (2024).

Em algumas situações, ocorrem avarias em alguns desses equipamentos, sendo necessária sua desinstalação para encaminhamento à assistência técnica, e desta forma, as usinas fotovoltaicas têm sua capacidade de geração diminuída temporariamente.

A título de informação, um inversor desta potência (15KW) produz, em média, 2.000 Kwh/mês, o que equivale a R\$ 2.260,00 mensalmente.

Assim, a solicitação de Ata de Registro de Preços para 8 inversores (com aquisição imediata de 4 unidades), irá evitar essa situação, ou seja, quando ocorrer a falha em um equipamento teremos condições de realizar a sua substituição rapidamente, não deixando de gerar energia elétrica nos períodos em que os inversores estiverem em manutenção ou até mesmo quando forem inutilizados e for necessário procedimento licitatório para nova aquisição (mínimo de 6 meses).

2. REFERÊNCIA A OUTROS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO, SE HOUVER

Tal contratação está alinhada com o Planejamento Estratégico do TRE-MS nos itens **Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária, Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira e Promoção da Sustentabilidade SEI n. 0007211-04.2023.6.12.8000 doc 1596547**

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Devido a padronização existente (todos os 66 inversores adquiridos são da mesma fabricante), o modelo a ser adquirido é da Marca Fronius. Desta forma não haverá a necessidade de implementação de novo sistema de monitoramento, sendo utilizado apenas o Solar.web (<https://www.solarweb.com/>) - já existente - que garante o monitoramento dos inversores da Fronius.

O presente objeto trata de aquisição de equipamentos para manutenção (substituição) nas usinas fotovoltaicas instaladas nos prédios ocupados pela Justiça Eleitoral de Mato Grosso do Sul.

Os inversores devem atender à ABNT NR 16149 e garantia contra defeitos de material e fabricação mínima de 5 anos, tendo sido indicado como marca de referência os equipamentos da linha **Fronius Symo Brasil 15.0-3 208/240**.

A indicação do produto de referência se deve à tensão de fornecimento de energia elétrica pelas concessionárias de Mato Grosso do Sul, que é de 220/127V;

É do conhecimento da Unidade Técnica que os únicos inversores que podem ser utilizados nesta contratação sem a instalação de transformadores de tensão são os referidos modelos indicados neste documento;

Optou-se por não utilizar outros modelos de inversores, com tensão de saída diferente do especificado, em razão da perda de eficiência do sistema, ocasionada pela transformação de tensão no transformador e também por adotar a solução com o mínimo de equipamentos possíveis, visando minimizar o custo com a manutenção preventiva/corretiva (eliminando a manutenção do transformador); Além disso, busca-se manter a potência do equipamento para que no momento da substituição/manutenção, não haja necessidade de alteração do sistema já instalado.

NÃO haverá necessidade de transferência de conhecimento, tecnologia ou técnicas.

SUSTENTABILIDADE: o próprio objeto da licitação já condiz com a sustentabilidade: geração de energia elétrica limpa, através de painéis fotovoltaicos.

Certificado do INMETRO (Instituto Nacional de Meteorologia, Qualidade e Tecnologia) para o produto.

Natureza da contratação: O presente objeto trata de aquisição de material de consumo.

A licitação ocorrerá na modalidade Pregão Eletrônico, por se tratar de materiais comuns.

Entende-se vantajosa a forma de contratação mediante Sistema de Registro de Preços.

O prazo de vigência desta contratação é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada, por igual período.

Consórcio: Tendo em vista o valor da contratação, a baixa complexidade do objeto e o ramo de mercado a atender a demanda, não será admitido a participação de consórcio na presente contratação.

Indicação de marca modelo: Fronius Symo Brasil 15.0-3 208/240.

Garantia: Não haverá exigência de garantia dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

Subcontratação: Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES

Ata de Registro de Preços com 8 unidades, sendo a aquisição imediata de 4 unidades

Para a apuração da quantidade necessária de inversores a serem adquiridos por Registro de Preços, ou seja, 8 unidades, sendo a aquisição imediata de 4 unidades, foi considerada a necessidade atual de substituição de inversores danificados nas usinas fotovoltaicas, bem como o tempo de durabilidade do produto.

5. ANÁLISE DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO E SOLUÇÃO A CONTRATAR

Devido a padronização existente (todos os 66 inversores adquiridos são da mesma fabricante) e o fato dos inversores objeto desta contratação serem destinados à reposição dos já existentes, o modelo a ser adquirido será da Marca Fronius. Deste modo não haverá a necessidade de implementação de novo sistema de monitoramento, sendo utilizado apenas o Solar.web (<https://www.solarweb.com/>) - já existente - que garante o monitoramento dos inversores da Fronius.

O equipamento deverá ser do modelo **Inversor Fronius Symo Brasil 15KW** - pois os inversores da linha "Symo Brasil" garantem a instalação no sistema elétrico utilizado em Mato Grosso do Sul **sem a necessidade de transformadores de energia**.

6. ESTIMATIVAS DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS

A unidade demandante efetuou cotação de preços feita pela internet (1644496), tendo a Equipe de Planejamento efetuado novas consultas de preços em sites especializados na internet, obtendo o valor descrito na tabela abaixo:

Item	Descrição sumária do material	UNIDADE	Quantidade	PREÇO 1	PREÇO 2	PREÇO 3	PREÇO 4	PREÇO 5	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ESTIMADO (MÉDIA)	VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO
1	INVERSOR SOLAR FOTOVOLTAICO 15KW modelo de referência Inversor Fronius Symo Brasil 15.0-3	unidade	8	R\$ 22.850,00	25.254,60	24.972,96	29.503,50	24.883,89	25.492,99	203.943,92

Preço 1 - Contratação realizada pelo TRE/MS no PG 32/2021 - mediante ARP nº 52/2021, firmada com a empresa Mundi Solar Importação e Exportação, Produtos e Serviços Eireli, no valo de R\$ 20.000,00. Valor atualizado pelo IPCA de 06/2024 (<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAOPublico/corrigirPorIndice.do?method=corrigirPorIndice>).

Preço 2 - pesquisa realizada pela unidade demandante no site madeiraemadeira.com.br;

Preço 3 - site innotechvision.com.br, pesquisa realizada em 16/07/2024;

Preço 4 - site Egito Energia Solar;

Preço 5 - site netcomputadores.com.br, pesquisa realizada em 16/07/2024, considerando o valor do frete.

Foi realizada cotação de preços referente aos inversores a diversas empresas do ramo, por email (1668462 e 1668769), não tendo obtido nenhuma resposta até a presente data.

Foram consultadas também contratações de outros órgãos públicos, através de sites de outros tribunais e também mediante o site Cotação Zênite não tendo encontrado contratação semelhante, vez que se observou que as contratações se referem à instalação de todo sistema fotovoltaico, não encontrando outras aquisições de equipamentos individuais.

O mapa comparativo de preços e informação conclusiva sobre a formação de preços máximos será juntado posteriormente.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO SERVIÇO OU DO MATERIAL

Registro de Preços de **8 (oito) Inversores Fronius Symo Brasil 15KW, com as características conforme tabela abaixo:**
Os inversores a serem fornecidos são:

ITEM	DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO
1	<p>Inversor Fronius Symo Brasil de 15,0 kW:</p> <ul style="list-style-type: none">- Eficiência: ≥ 97%;- Potência recomendada: 12,0 - 19,5KWp;- Corrente de curto circuito: 50A;- Faixa de voltagem operando: 350 - 1000V;- Tensão nominal de entrada: 325V;- Tensão Máxima CC: 1000V;- Fator de distorção máximo: 3,5%;- Proteções: AFCI & 2014 NEC Ready, medição de isolamento CC, disjuntor CC, proteção à falhas com tela de interrupção;- Comportamento de sobrecarga: com mudança do ponto de operação - limitação da produção;- Índice de Proteção Mínimo: NEMA 4X;- Corrente máxima de saída (CA): 41,6A. <p>Os inversores devem ser trifásicos e fornecer energia em 220/127V de tensão e 60Hz de frequência, sem uso de transformador adicional. Deverá operar de forma totalmente automática, sem necessidade de qualquer intervenção ou operação assistida. Ter capacidade de armazenamento das variáveis coletadas pelo Inversor de modo local (data logger), com placa de comunicação original de fábrica, através de captação do sinal de internet por wi-fi e RJ45.</p> <p>Os inversores devem atender à ABNT NR 16149 e garantia contra defeitos de material e fabricação mínima de 5 anos - modelo referência Inversor Fronius Symo Brasil 15.0-3 208/240.</p>

8. JUSTIFICATIVA PARA O AGRUPAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Não agrupamento, pois a contratação se refere à aquisição de apenas 1 tipo de equipamento.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS OU FINANCEIROS DISPONÍVEIS

Em algumas situações, ocorrem avarias nos inversores, sendo necessária sua desinstalação para encaminhamento à assistência técnica, e desta forma, as usinas fotovoltaicas têm sua capacidade de geração diminuída temporariamente.

A título de informação, um inversor desta potência (15KW) produz, em média, 2.000 Kwh/mês, o que equivale a R\$ 2.260,00 mensalmente.

A solicitação de elaboração de Ata de Registro de Preços para 8 inversores (com aquisição imediata de 4 unidades), irá evitar essa situação, ou seja, quando ocorrer a falha em um equipamento teremos condições de realizar a sua substituição rapidamente, não deixando de gerar energia elétrica nos períodos em que os inversores estiverem em manutenção ou até mesmo quando forem inutilizados e for necessário procedimento licitatório para nova aquisição (mínimo de 6 meses).

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU EMPREGADOS PARA A FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

Não há providências prévias a serem adotadas pela administração.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES

12. ASPECTOS DE SUSTENTABILIDADE NAS CONTRATAÇÕES (*Item Obrigatório - vide Portaria DG n. 130 - SEI 1452785*)

O próprio objeto da licitação já condiz com a sustentabilidade: manutenção da geração de energia elétrica limpa, através de painéis fotovoltaicos.

13. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Em face do exposto acima, esta Equipe de Planejamento conclui pela viabilidade da contratação.

14. OBRIGATORIEDADE DE EXIGÊNCIA DE CONTRATAÇÃO DE EGRESSOS

Não aplicável.

Não há alocação de mão de obra na presente contratação, conforme exige a Resolução CNJ 307/2019 e o valor anual não será acima de R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais), conforme disposto no art. 5º, do Decreto Federal nº 9.450/2018 e Parecer da AJDG 1270 (1110313).

15. TÓPICOS PARA ORIENTAR O TERMO DE REFERÊNCIA, PROJETO BÁSICO OU CONTRATO

Devido a padronização existente (todos os 66 inversores adquiridos são da mesma fabricante), no modelo a ser adquirido é da Marca Fronius. Desta forma não haverá a necessidade de implementação de novo sistema de monitoramento, sendo utilizado apenas o Solar.web (<https://www.solarweb.com/>) - já existente - que garante o monitoramento dos inversores da Fronius.

O equipamento deverá ser do modelo **Inversor Fronius Symo Brasil 15KW 208/240** - pois os inversores da linha "Symo Brasil" garantem a instalação no sistema elétrico utilizado em Mato Grosso do Sul **sem a necessidade de transformadores de energia.**

16. INDICAÇÃO DA MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

A contratação dos serviços será realizada mediante licitação na modalidade de PREGÃO, em sua forma eletrônica, no do tipo menor preço, nos termos do inciso XLI, art 6º e art. 29 da da Lei 14.133/2021:

- art. 6º [...]
- XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;
- [...]
- art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o [art. 17 desta Lei](#), adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado. *(grifo nosso)*

Ainda acerca da forma de contratação, fez-se opção pelo Sistema de Registro de Preços, disciplinado na Seção V - Do Sistema de Registro de Preços, da Lei nº 14.133/2021, haja vista a necessidade de aquisição de equipamentos para substituição dos inversores já instalado em casos de avarias, de forma mais célere, não deixando de gerar energia enquanto nos períodos de manutenção dos equipamentos danificados.

- art. 6º [...]
- XLV - sistema de registro de preços: conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos a prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras;

O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos do art. 84 da Lei 14.133/2021:

- Art. 84. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.
- Parágrafo único. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

Ressalta-se que, após elaborado o Termo de Referência, será aberto o prazo de 8 (oito) dias úteis, para divulgação da Intenção de Registro de Preços, a fim de que outros interessados registrem sua intenção de participar do presente pregão.

- Art. 86. O órgão ou entidade gerenciadora deverá, na fase preparatória do processo licitatório, para fins de registro de preços, realizar procedimento público de intenção de registro de preços para, nos termos de regulamento, possibilitar, pelo prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis, a participação de outros órgãos ou entidades na respectiva ata e determinar a estimativa total de quantidades da contratação.

17. MAPA DE RISCOS

RISCO 01		
FASE DE ANÁLISE: Planejamento da contratação e seleção do fornecedor.		
RISCO 01: Licitação deserta ou fracassada		
Probabilidade:	(X)Baixa	()Média ()Alta
Impacto:	()Baixo	()Médio (X)Alto
Dano: Não aquisição dos equipamentos		
Ação Preventiva:	Responsável:	
Identificação prévia de possíveis fornecedores e envio do aviso de licitação	Demandante (Identificação) / SLC (Envio do aviso)	
Ação de Contingência:	Responsável:	
Repetição do Certame	SLC	

RISCO 02
FASE DE ANÁLISE: Planejamento da contratação e seleção do fornecedor.

RISCO 02: Empresa vencedora se recusa a assinar o contrato		
Probabilidade:	(<input checked="" type="checkbox"/>)Baixa	(<input type="checkbox"/>)Média (<input type="checkbox"/>)Alta
Impacto:	(<input type="checkbox"/>)Baixo	(<input type="checkbox"/>)Médio (<input checked="" type="checkbox"/>)Alto
Dano: Não contratação dos equipamentos		
Ação Preventiva:	Responsável:	
Não há		
Ação de Contingência:	Responsável:	
Contratação emergencial	SLC	

Jailson Sena Brites <i>Integrante Demandante e Técnico</i>	Graziela Gonçalves Silva Jurado <i>Integrante Administrativo</i>
---	---

Notas:

1. Para a identificação da necessidade da contratação:

- a) Atentar que a justificativa da necessidade deve ser fornecida pela unidade requisitante da contratação;
b) Pesquisar e justificar sobre a possibilidade de reutilização de bens ou de redimensionamento de serviços já existentes.

2. Referência a outros instrumentos de planejamento do órgão, se houver:

- a) Indicar se a contratação está alinhada aos planos instituídos pelo órgão ou entidade tais como Plano de Desenvolvimento Institucional ou Planejamento Estratégico, quando houver;
b) Informar a política pública a que esteja vinculada ou a ser instituída pela contratação, quando couber.

3. Requisitos da contratação:

- a) Elencar os requisitos necessários ao atendimento da necessidade;
b) No caso de serviços, definir e justificar se o serviço possui natureza continuada ou não;
c) Incluir, se possível, critérios e práticas de sustentabilidade que devem ser veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada;
d) Avaliar a duração inicial do contrato de prestação de serviços de natureza continuada, que poderá, excepcionalmente, ser superior a 12 meses, e justificar a decisão;
e) Identificar a necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas;
f) Elaborar quadro identificando as soluções de mercado (produtos, fornecedores, fabricantes etc.) que atendem aos requisitos especificados e, caso a quantidade de fornecedores seja considerada restrita, verificar se os requisitos que limitam a participação são realmente indispensáveis, de modo a avaliar a retirada ou flexibilização destes requisitos.

4. Estimativas das quantidades:

- a) Definir e documentar o método para a estimativa das quantidades a serem contratadas;
b) Utilizar informações das contratações anteriores, se for o caso;
c) Incluir nos autos as memórias de cálculo e os documentos que lhe dão suporte;
d) Para os casos em que houver a necessidade de materiais específicos, cuja previsibilidade não se mostra possível antes da contratação, avaliar a inclusão de mecanismos para tratar essa questão.

5. Análise de mercado e justificativa da escolha do tipo e solução a contratar:

- a) Considerar diferentes fontes, podendo ser analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da Administração;
b) Em situações específicas ou nos casos de complexidade técnica do objeto, poderá ser realizada audiência pública para coleta de contribuições a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício;

6. Estimativas de preços ou preços referenciais:

- a) Definir e documentar o método para estimativa de preços ou meios de previsão de preços referenciais, devendo seguir as diretrizes de normativo publicado pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;
b) Incluir nos autos as memórias de cálculo da estimativa de preços ou dos preços referenciais e os documentos que lhe dão suporte;

7. Descrição da solução como um todo e principais características do serviço ou do material:

- a) Descrever todos os elementos que devem ser produzidos/ contratados/executados para que a contratação produza resultados pretendidos pela Administração;

8. Justificativa para o agrupamento ou não da solução:

- a) O parcelamento da solução é a regra devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de

licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.

b) Definir e documentar o método para avaliar se o objeto é divisível, levando em consideração o mercado fornecedor, podendo ser parcelado caso a contratação nesses moldes assegure, concomitantemente:

b.1) ser técnica e economicamente viável;

b.2) que não haverá perda de escala; e

b.3) que haverá melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade;

9. Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis:

a) Declarar os benefícios diretos e indiretos que o órgão ou entidade almeja com a contratação, em termos de economicidade, eficácia, eficiência, de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais positivos (por exemplo, diminuição do consumo do papel ou energia elétrica), bem como, se for o caso, de melhoria da qualidade de produtos ou serviços oferecidos à sociedade.

10. Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou empregados para a fiscalização e gestão contratual:

a) Elaborar cronograma com todas as atividades necessárias à adequação do ambiente da organização para que a contratação surta seus efeitos e com os responsáveis por esses ajustes nos diversos setores;

b) Considerar a necessidade de capacitação de servidores para atuarem na contratação e fiscalização dos serviços de acordo com as especificidades do objeto a ser contratado;

c) Juntar o cronograma ao processo e incluir, no Mapa de Riscos, os riscos de a contratação fracassar caso os ajustes não ocorram em tempo.

11. Contratações correlatas ou interdependentes:

a) Indicar quais contratos/fornecimentos realizados pelo TRE/MS que possuem correlação ou dependem da execução do objeto do presente estudo preliminar.

12. Aspectos de sustentabilidade nas contratações:

a) Indicar características ou especificações da solução a ser contratada, que porventura atendam ou representem aspectos de sustentabilidades, seguindo as determinações da Portaria DG n. 130/2023 (SEI 1452785);

b) Podem ser indicados até fatores ou critérios que, embora não constem da especificação do objeto, fizeram parte das análises e estudos que concluíram pela definição dos objetos a serem contratados.

13. Declaração da viabilidade ou não da contratação:

a) Explicitamente declarar que a contratação é viável ou que a contratação não é viável, justificando com base nos elementos anteriores dos Estudos Preliminares.

14. Obrigatoriedade de exigência de contratação de egressos:

a) Verificar a viabilidade conforme o disposto no art. 5º, do Decreto Federal nº 9.450/2018 e Parecer da AJDG 1270 (1110313).

15. Tópicos para orientar o termo de referência, projeto básico ou contrato:

a) Indicar principais características do serviço ou do fornecimento do material que deverão ter destaque em Projeto Básico, Termo de Referência ou Contrato, tais como: itens passíveis de penalidade; dosimetria das penas (considerado casos mais graves ou menos graves); cumprimento de regras ou normativos específicos; prazos importantes; obrigações e responsabilidades da empresa contratada que são importantes de se prever e acompanhar; formas de pagamento; requisitos para a fiscalização observar; detalhes quanto ao recebimento do objeto (tanto provisoriamente quanto definitivamente); eventual necessidade de comprovação de qualificação técnica da empresa; condições específicas de execução da contratação; dentre outros itens que a equipe julgar importante destacar.

16. Indicação da modalidade de contratação:

Em razão dos valores, bem como as demais características de execução e prazo, indicar a modalidade provável de contratação, atentando-se aos critérios para se evitar o fracionamento de despesa (execução, no mesmo exercício financeiro, de outras despesas semelhantes ao grupo do objeto que se pretende contratar neste processo (solicitar apoio do integrante administrativo).

17. Mapa de Riscos:

a) Em cada contratação haverá riscos específicos, tais como: risco de licitação deserta/fracassada, de descontinuidade do contrato, de atraso na tramitação do processo, etc.

b) Para cada risco verificado, caberá o preenchimento de um mapa de riscos.

c) No presente formulário foram disponibilizados como modelo 02 (dois) mapas de riscos para preenchimento de forma exemplificativa.



Documento assinado eletronicamente por **GRAZIELA GONÇALVES SILVA JURADO, Chefe de Seção**, em 16/07/2024, às 16:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JAILSON SENA BRITES, Técnico Judiciário**, em 17/07/2024, às 12:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Everton Gonçalves Moisés, Colaborador(a) Terceirizado(a)**, em 17/07/2024, às 13:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JORGE ALAN ALBERNAZ GARCIA, Chefe de Seção**, em 17/07/2024, às 14:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1644373** e o código CRC **16F10CC5**.



0002387-65.2024.6.12.8000

1644373v60